

Estudo das potencialidades do município de Barra Mansa - RJ, como pólo de treinamento de empresas prestadoras de serviços, voltado para o desenvolvimento local

Luiz Carlos Rodrigues¹

lucarod@yahoo.com

José Vilmar de Oliveira²

Oliveira_jv@yahoo.com.br

1 AEDB - Associação Educacional Dom Bosco, Faculdade de Administração de Resende - Resende, RJ, Brasil

2 UBM – Centro Universitário de Barra Mansa – Faculdade de Administração - Barra Mansa , RJ, Brasil

RESUMO

Este trabalho é um pequeno estudo de pesquisa sobre as potencialidades do município de Barra Mansa – RJ, para implementar projetos de desenvolvimento local. Os dados sócio-econômicos encontrados demonstram ser o município, um possível pólo de desenvolvimento de treinamento de empresas prestadoras de serviços para as empresas industriais e comerciais da cidade e da região. Nossa intenção, não é apenas mostrar um projeto voltado para as empresas terceirizadas de serviços, mas deixar, em aberto, a possibilidade de se criar vários projetos que visem o crescimento regional, utilizando-se as pequenas e médias empresas como um instrumento desse processo. A utilização dessas empresas seria através de associações, prática adotada em alguns projetos, já em andamento, tornando-as mais fortes e com maior poder de negociação frente às grandes organizações, sendo a maioria, multinacionais, que aqui se encontram, nos ramos de metalurgia, automotiva e vidros.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Associativismo. Terceirização. Cooperação.

1 INTRODUÇÃO

O município de Barra Mansa migrou, ao longo do tempo, de uma economia cafeeira e pecuária para a industrialização e, hoje, se situa na região como um grande pólo de fornecedor de mão-de-obra de boa qualidade, uma vez que conta, além de uma universidade, com várias instituições profissionalizantes de ensino.

O estudo demonstra pelos dados encontrados sobre Barra Mansa que o município tem um potencial muito grande para desenvolver um projeto de treinamento de mão-de-obra, não só para atender as empresas terceirizadas, mas para qualquer segmento que se procure, sejam comercial, serviços e industrial. Isto se verifica pelo índice de pessoas alfabetizadas, o IDHM do município, enfim todos os dados sócios econômicos levam à certeza de sucesso de um projeto deste porte.

Coordenados pelo SEBRAE, com o apoio do Poder Público Municipal, o município tem hoje, alguns projetos em execução, todos eles elaborados através do associativismo de empresas do segmento comercial. Parece-nos que a associação de empresas é a mola mestra para se implantar projetos que visam o desenvolvimento local e regional, de acordo com a literatura sobre o associativismo.

Para um projeto ser efetivo deve ser partilhado com todos os atores envolvidos, e o seu processo, acompanhado, passo a passo, de maneira periódica, durante todo o período de implantação, para assim, certificar-se de seu sucesso e premiar, não apenas aqueles que participaram, mas a comunidade como um todo.

A sociedade deve ser a mais beneficiada, uma vez que se procura, por meio destes projetos, o desenvolvimento local e, este deve colocar o ser humano e os interesses coletivos como o centro de convergências para potencializar as capacidades de todas as pessoas.

As atividades econômicas devem se voltar para a qualidade de vida, a qualidade de mão-de-obra, dispor mais empregos, melhoria de distribuição de renda e acesso da sociedade à infra-estrutura governamental e tecnologias disponíveis, pois tudo isso é a razão de ser do desenvolvimento local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Banco Mundial define desenvolvimento econômico local como o “trabalho conjunto das pessoas com o objetivo de alcançar o crescimento econômico sustentável que traga benefícios econômicos e melhoria da qualidade de vida para toda a comunidade”.

Segundo o Banco, a dinamização da economia pelas administrações locais deve ser focada em um aumento da competitividade e no crescimento sustentável, assegurando que o mesmo seja socialmente inclusivo.

Para o IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), organização não governamental o desenvolvimento econômico local se faz ampliando o enfoque para outras áreas, tais como saúde, educação, saneamento, participação popular entre outros.

Para Araújo, “a análise das políticas de desenvolvimento econômico local, proposta pelo Banco Mundial e o IBAM, indica uma convergência entre algumas propostas, principalmente as relacionadas com a necessidade de aumento da competitividade local, por meio das pequenas e médias empresas”.

De acordo com Cavaco, apud (Vieira, p. 1) o desenvolvimento local precisa ter uma certa homogeneidade em relação aos grupos. Caso as expectativas, motivações e cultura dos envolvidos não estejam em sintonia, pode não conseguir o comprometimento necessário. Pois, qualquer processo de desenvolvimento é de longo prazo e de sucesso incerto. Isso pode causar frustração nos envolvidos, principalmente aqueles mais desfavorecidos em relação a emprego e renda.

O processo da globalização, complexo e contraditório, em seus impactos nos estados nacionais, afeta também as comunidades locais. Mesmo permanecendo solidários com seus estados e a federação, os municípios conquistaram, desde a Constituição de 1988, o direito e a liberdade de se ligarem horizontalmente a outros municípios no mesmo estado, em outros estados da federação e até em nível internacional por meio de organizações multilaterais. Com isso, as opções políticas e administrativas para os governos locais aumentaram significativamente. Prefeitos e vereadores, particularmente os de áreas metropolitanas, podem implantar inovações dentro de um horizonte geográfico e político mais amplo muito além do tradicional.

Além de realizar ações que ajudem a gerar renda e emprego, a prefeitura pode incentivar novas formas de organização da produção e de cooperação.

O desenvolvimento local, nas atuais condições da economia e da sociedade brasileiras, não pode ser analisado sem que se coloque o problema da necessidade da geração de emprego e renda. A ação das prefeituras é limitada, mas a experiência demonstra que esse nível de governo pode assumir tarefas que contribuam para romper circuitos fechados de acumulação, gerando emprego e renda.

2.2 TERCEIRIZAÇÃO E REENGENHARIA

A prática da terceirização não é novidade no mundo dos negócios. Há anos no Brasil e no mundo se contratam, empresas prestadoras de serviços, em atividades específicas e que não são as atividades fins das empresas contratantes. Muitas empresas, no Brasil, se

especializaram nesta prática e, freqüentemente, são contratadas para executarem serviços na produção e/ou manutenção nas indústrias.

Para Giosa (1995, p.14), “terceirização é um processo de gestão pelo qual se repassa algumas atividades para terceiros – com os quais se estabelecem uma relação de parceria – ficando a empresa concentrada apenas em tarefas essencialmente ligadas ao negócio em que atua”.

Pode-se dizer, então, que terceirização significa contratar empresas externas para fornecer recursos ou serviços. É uma extensão natural da iniciativa de enfatizar as competências centrais. As organizações podem se concentrar em suas vantagens e comprar tudo mais externamente.

Reengenharia é o modo como o trabalho seria realizado e a organização seria estruturada se fosse começar do zero. A lógica por trás da reengenharia é que as organizações, em seus primeiros anos de funcionamento, desenvolvem processos e depois se algemam a eles apesar de mudanças nas condições.

2.3 ASSOCIATIVISMO

Ao longo dos séculos, os sistemas sociais e econômicos caracterizaram-se por forte concentração de renda e desigualdades sociais, basicamente, em todas as regiões do planeta, mesmo em países considerados potências econômicas. Recentemente, o colapso das nações que adotaram o marxismo como ideologia e o comunismo como sistema social, aliado ao não cumprimento, por parte do capitalismo, das promessas de crescimento, pleno emprego, estabilidade financeira e salários reais em ascensão, tudo isso, obriga que se procure novas alternativas de inclusão socioeconômica.

Com a competição cada vez mais acirrada dos mercados surge o movimento do associativismo como forma de adquirir competências essenciais e sustentáveis, melhorando a competitividade das organizações. Autores como Lorange e Roos (apud Rodrigues, 1999, p.124), afirmam “ser esta a modalidade de negócios do futuro, sendo utilizadas como atalho para a competitividade e para o mercado”.

Nesse sentido, as experiências baseadas no associativismo são praticadas por adeptos de todas correntes ideológicas. Cooperativas e associações profissionais e/ou comunitárias vêm surgindo em diversos países, tanto por meio de projetos de desenvolvimento local patrocinados pelos governos, por organizações não governamentais, quanto por iniciativa da própria comunidade.

Essas cooperativas e associações carecem de apoio financeiro de órgãos governamentais ou organizações não governamentais, em relação à procura de diversas linhas de crédito e sem o qual sua implantação se torna inviável. Embora todas elas busquem a auto-sustentação, uma parcela ponderável dessas iniciativas não tem alcançado o sucesso financeiro almejado por seus membros, idealizadores e financiadores/patrocinadores.

De acordo com Rodrigues (apud Santos, 2002, p.31),

“como teoria social, o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização política pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil.”

O associativismo restaura também “a comunidade baseada em compromisso e compaixão, em vez de ser imposta pela proximidade e pelo isolamento” (DRUCKER, 1999, p.163).

Ferreira e Bettoni (2000, p.10) apresentam a definição para associativismo empresarial, como:

“Todo tipo de associação que pode existir entre duas ou mais empresas. Podendo ocorrer entre pequenas empresas concorrentes e empresas do

mesmo ramo que através da ação coletiva buscam reduzir custos e obter ganhos de competitividade através da maior escala de produção”.

O associativismo ou alianças surge como uma estratégia para aproveitar oportunidades ou enfrentar ameaças, em que isoladamente a organização não pode aproveitar ou competir. Parte-se, então, para a união de empresas até mesmo concorrentes para compartilhar pontos fortes e minimizar fraquezas, entregando maior valor ao consumidor final.

As formas de associativismo são caracterizadas, principalmente, pela economia solidária, cuja invenção se deu por operários, no advento do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. “A economia solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção que é, reconhecidamente, a base do capitalismo, pois seu capital é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles” (SINGER apud SANTOS,2002, p. 83).

A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. “Sua finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. As principais empresas solidárias são as cooperativas” (Idem).

O associativismo atua como um meio facilitador de empreendimentos. A busca de solução por algumas empresas, para fazer frente às dificuldades encontradas, fez surgir a cooperação, cuja finalidade é definir estratégias conjuntas para todas as necessidades que são afins. As razões para formação de alianças são: “a globalização dos mercados; a procura de capacidades, à medida que os limites entre as empresas tornam-se indefinidos; recursos escassos e a intensificação da competição pelos mercados” (CASAROTTO FILHO; PIRES, 1998, P. 15).

Portanto, ao examinar o ambiente em que atua e realizar uma análise de seus recursos e capacidades, a empresa:

“freqüentemente descobre uma lacuna entre o que ‘gostaria’ de realizar e o que, levando em conta a realidade, ‘pode’ realizar. Ela confronta a realidade de que mudanças competitivas fundamentais estão ocorrendo em todo o setor organizacional” (Idem). .

A transformação tecnológica da informação foi um fator de intensificação das novas formas organizacionais, pois as novidades nesta área são um elemento facilitador da conexão, principalmente porque as relações entre empresas tornaram-se globais. As pequenas empresas, com pequena economia de escala, cuja empresa serve, basicamente para a sobrevivência dos sócios e funcionários e que realizam seus negócios em mercados locais, organizam-se para manter a competitividade. Conforme Costa (1001, p.5), “na atualidade, as médias e pequenas empresas, quando competitivas em condições de mercado, têm papel decisivo no crescimento da economia”.

3 OBJETIVO DO ESTUDO

O trabalho procura demonstrar as potencialidades do município de Barra Mansa – RJ, como um pólo de treinamento para o desenvolvimento local.

4 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido utilizando o método de pesquisa bibliográfica a livros, artigos e sites, pela Internet, para o referencial teórico, procurando, ainda, o enfoque de dados sócio-econômicos sobre a cidade de Barra Mansa.

5 CIDADE DE BARRA MANSA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Barra Mansa está situada no Centro-sul fluminense, classificada pelo estado como região do Médio Paraíba e seu território foi desbravado em fins do século XVII, formando-se o núcleo original, às margens do Rio Paraíba do Sul. Devido a sua posição geográfica, foi perdendo a referência de local de pousadas e passagens de tropeiros e se caracterizou como um pólo de desenvolvimento comercial. No início do século XIX, o café passou a ser o seu principal produto comercial.

Em 1832, foi decretada a criação do município, havendo, então, o seu desmembramento de Resende. Em 1857, vila de Barra Mansa foi elevada à categoria de cidade. Com o declínio da agricultura cafeeira, o êxodo rural e a liberação dos escravos, o município se desenvolveu na agropecuária com desmembramento para a produção leiteira.

No século XX, nos anos 30, começou o desenvolvimento industrial no município com a instalação de indústrias ligadas ao segmento de alimentação. A cidade participa da expansão histórica da indústria Nacional com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), nos anos 40, na vila de Volta Redonda, que à época ainda era distrito de Barra Mansa. Um pouco antes, em 1937, se instala na cidade a Companhia Metalúrgica Bárbara. Nos anos 50 muitas indústrias metalúrgicas e mecânicas se instalam na cidade e, na vizinha Volta Redonda, agora já emancipada.

A cidade foi formada na margem direita do Rio Paraíba do Sul e posteriormente cresceu longitudinalmente ao longo do rio nas duas margens, ocupando vales e morros próximos e áreas mais distantes do rio.

De acordo com o estudo do Índice de Qualidade dos Municípios desenvolvido pelo CIDE (Centro de Informação e Dados do Estado do Rio de Janeiro), Barra Mansa é um dos pólos de dinamismo, que tem, ainda, outros municípios no estrado do Rio de Janeiro, tais como, Resende, Petrópolis, Volta Redonda, Macaé, Cabo Frio e Teresópolis. Os índices de desenvolvimento de IDH dos 20 municípios do Estado do Rio de Janeiro, mais bem colocados no ranking, estão mostrados nos quadros 1 e 2, referentes aos anos de 1991 e 2000.

Quadro 1

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDH-M - 1991								
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Classificação estadual	Classificação Nacional
Niterói	68,03	94,59	0,717	0,908	0,828	0,818	1	7
Rio de Janeiro	67,85	93,90	0,714	0,887	0,791	0,797	2	24
Volta Redonda	69,05	92,24	0,734	0,883	0,689	0,769	3	109
Resende	68,27	89,15	0,721	0,844	0,695	0,753	4	268
Petrópolis	68,12	89,78	0,719	0,818	0,716	0,751	5	292
Itatiaia	70,32	85,82	0,755	0,805	0,689	0,750	6	303
Nilópolis	66,10	94,17	0,685	0,874	0,668	0,742	7	413
Barra Mansa	68,26	89,61	0,721	0,837	0,656	0,738	8	474
Nova Friburgo	66,91	87,78	0,698	0,801	0,707	0,736	9	501
Macaé	64,75	87,40	0,663	0,806	0,719	0,729	10	621
Pinheiral	68,81	87,82	0,730	0,817	0,631	0,726	11	670
São Gonçalo	66,19	91,41	0,686	0,834	0,656	0,726	12	684
Três Rios	68,65	88,70	0,728	0,818	0,630	0,725	13	690
Arraial do Cabo	67,02	87,58	0,700	0,811	0,658	0,723	14	727
Barra do Pirai	66,15	88,75	0,686	0,823	0,660	0,723	15	738
Valença	66,26	87,45	0,688	0,822	0,657	0,722	16	752
Paraíba do Sul	70,03	85,02	0,750	0,787	0,628	0,722	17	757
Angra dos Reis	67,39	85,69	0,707	0,798	0,658	0,721	18	780
Maricá	68,64	84,43	0,727	0,773	0,662	0,721	19	781

Cabo Frio	67,02	86,31	0,700	0,788	0,661	0,717	20	859
-----------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	----	-----

Fonte: Fundação CIDE

Quadro 2

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - IDH-M - 2000								
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Índice de longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Classificação estadual	Classificação Nacional
Niterói	73,49	96,45	0,808	0,960	0,890	0,886	1	3
Rio de Janeiro	70,26	95,59	0,754	0,933	0,840	0,842	2	60
Volta Redonda	70,80	94,93	0,763	0,931	0,750	0,815	3	297
Nova Friburgo	72,26	92,58	0,788	0,885	0,758	0,810	4	370
Resende	70,00	93,11	0,750	0,918	0,758	0,809	5	401
Barra Mansa	72,20	93,56	0,787	0,913	0,717	0,806	6	462
Petrópolis	70,06	93,61	0,751	0,888	0,773	0,804	7	481
Itatiaia	71,95	91,99	0,783	0,895	0,722	0,800	8	567
Iguaba Grande	70,93	91,19	0,766	0,880	0,742	0,796	9	645
Pinheiral	72,34	92,42	0,789	0,910	0,688	0,796	10	649
Cabo Frio	70,84	91,68	0,764	0,881	0,731	0,792	11	751
Armação Búzios	68,90	92,71	0,732	0,878	0,763	0,791	12	785
Quatis	74,07	89,41	0,818	0,868	0,686	0,791	13	789
Arraial do Cabo	68,87	92,81	0,731	0,912	0,727	0,790	14	803
Mangaratiba	69,40	91,66	0,740	0,889	0,741	0,790	15	804
Teresópolis	70,06	89,63	0,751	0,861	0,758	0,790	16	806
Macaé	67,63	92,12	0,710	0,889	0,770	0,790	17	815
Cordeiro	72,20	91,01	0,787	0,869	0,711	0,789	18	831
Nilópolis	67,49	96,24	0,708	0,933	0,724	0,788	19	846
Itaperuna	73,01	87,81	0,800	0,859	0,702	0,787	20	878

Fonte: Fundação CIDE

Ainda, os quadros 1 e 2 mostram a taxa de alfabetização de adultos que em 1991 ocupava a oitava posição, com o índice 89,61 %, no ranking do estado e no ano 2000 ocupava a sexta posição, com o índice de 93,56 %. Há que se destacar que nos dois anos pesquisados Barra Mansa ocupava a segunda posição, na região do Médio Paraíba, atrás da cidade de Volta Redonda que apresentava os índices de 92,24 % e 94,93 %, respectivamente.

A situação sócio-econômica da cidade de Barra Mansa é mostrada no quadro 3, com destaque para a renda per-capita, enquanto o quadro 4 mostra a quantidade de estabelecimentos, classificada de acordo com o seu porte e o tipo de negócios.

Quadro 3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2004					
Regiões de Governo e Municípios	PIB				
	Valores absolutos (1.000 R\$)	População	Valores per capita (1,00 R\$)	Número Índice (Estado=100)	Posição do Índice
Estado	254.839.366	15.156.568	16.814	100,00	16º
Região do Médio Paraíba	16.198.390	829.140	19.536	116,19	6º
Barra Mansa	2.242.304	174.298	12.865	76,51	-

Fonte: Fundação CIDE

Quadro 4

Número de estabelecimento - Barra Mansa - 2004						
Porte/Setor	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total	%
Micro	429	2.387	1.762	173	4.751	92,65
Pequena	43	160	112	9	324	6,32
Média	4	11	15	0	30	0,59
Grande	2	3	18	0	23	0,45
Total	478	2.561	1.907	182	5.128	100,00

Fonte: Fundação CIDE

A renda per-capita da cidade, em 1991, era de R\$198,90 e de R\$286,41, em 2000, ambos os dados atualizados, para reais do ano 2000, ocupando a vigésima-primeira e vigésima-terceira posições, no estado, nos dois anos da pesquisa.

Pela pujança econômico-social da cidade, Barra Mansa pode ser um pólo de desenvolvimento de formação e prestação de mão-de-obra para atender às indústrias, aos serviços e ao comércio local e, também, às cidades vizinhas.

Para esta formação de mão-de-obra, o município conta vários estabelecimentos de ensino de nível médio, estadual e municipal, uma Universidade, que oferece 21 (vinte e um) cursos, com diversas especializações. Conta, ainda, com as unidades educacionais profissionalizantes do SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio), SEST/SENAT (Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte), SENAC (Serviço Nacional do Comércio).

Para o desenvolvimento local, no segmento de empresas prestadoras de serviços, nos parece que um projeto de desenvolvimento de mão-de-obra, passa pelo associativismo, com a integração de todos os atores envolvidos nesta tarefa e, parece que isto é viável, uma vez que o município já conta com alguns projetos regional e local, sob a orientação do SEBRAE, para atender alguns segmentos do comércio, tais como Confecção, Panificação (regionais) e Óticas (local).

Os atores protagonistas locais são as instituições locais, tanto as responsáveis pela formação e pelo treinamento, incluindo as escolas profissionalizantes e universidades (local e regional) como as associações empresariais. Estas últimas contam com o Sindicato das Indústrias do Sul-fluminense, CDL (Câmara de Dirigentes Logistas) e ACIAP (Associação Comercial, Industrial e Agro Pastoril).

Além disso, deve participar, como fomentador de investimentos as instituições financeiras governamentais, do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com agências

locais e, se possível, outras instituições privadas, como Itaú, Bradesco, Unibanco, HSBC, REAL, todos com agências no município.

Um projeto desta envergadura tem todo o apoio da Prefeitura, um dos principais atores, conforme orientação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que procura apoios de todos os “*Stakeholders*”.

Para atender as indústrias locais e da região, este projeto deve formar uma Rede Empresarial, onde os empreendedores do setor industrial desenvolvam ações conjuntas, que busquem a redução do custo com qualidade, elaborando requisitos mínimos para a contratação de mão-de-obra especializada, através de um cadastro qualificado de empresas prestadoras de serviços.

A criação de um ambiente propício para o desenvolvimento local pode surgir de uma articulação eficaz das dinâmicas econômicas e sociais locais. Estas dinâmicas já acontecem com a identificação, no município, da sua vocação artesanal, no setor de paetês para atender às demandas das escolas de samba do Rio de Janeiro e que tem todo o apoio da Prefeitura. É fundamental identificar as oportunidades que estas apresentam e se desenhe ações articuladoras, com o governo local tomando a iniciativa, sem esperar que esta venha, sempre, do setor privado.

O governo local pode agir como um facilitador ou mediador na formulação de estratégias, deixando sempre, em aberto, a possibilidade de outros participantes exercerem esta função.

Tendo estratégias que levem ao desenvolvimento econômico local, alguns fatores devem ser colocados em prática, sendo um deles, fazer com que os diferentes atores e instituições se conheçam uns aos outros, algo que mesmo em municípios pequenos por si só não acontecem. Com o conhecimento mútuo haverá mais possibilidades de cooperação, assim como criará uma rivalidade saudável entre as instituições de apoio.

Outro fator é estimular a articulação entre os diferentes atores, por exemplo, entre instituições profissionalizantes e empresas ou entre universidades e empresas. O resultado disto pode ser a oferta, por parte destas instituições, de programas definidos para quaisquer segmentos, sejam industrial ou comercial, adaptados às necessidades locais.

Para gerar uma vantagem competitiva é necessário que os atores, individualmente, dêem suas contribuições. O governo municipal deve incentivar um bom relacionamento entre as empresas, envolvendo grupos de pequenas e médias empresas na formulação de estratégias de desenvolvimento local.

Também, as associações empresariais podem promover a troca de informações entre elas, através de cursos, seminários e palestras. Já as instituições educacionais de ensino podem prestar apoio direto às empresas em educação e tecnologia, por meio de cursos de treinamentos específicos, além da disseminação de informação e tecnologia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversificação de estabelecimentos de seus negócios, bem como, a sua posição educacional, torna a cidade de Barra Mansa como uma alternativa a ser fornecedora de mão-de-obra especializada, gerando uma vantagem competitiva, não só em nível municipal, mas em toda a região Sul-fluminense.

A vocação histórica do município para a indústria e os serviços e a facilidade de difusão educacional, leva-nos a pensar que, aqui temos uma grande possibilidade de implantar um projeto de formação de mão-de-obra que atenda às demandas requeridas, por exemplo, pelas empresas siderúrgicas, metalúrgicas, automotivas, vidro, citando, apenas, as de maior porte, espalhadas pelas cidades da região.

O atendimento a estas demandas e a sua repercussão na região pode ter uma sinergia para todo o estado do Rio de Janeiro, onde todos ganharão, empresas com pessoas qualificadas, setor educacional com formação de novos projetos de desenvolvimento e mais

alunos, as pessoas, principalmente, pois estas, tendo maior conhecimento, competirão com mais segurança a uma vaga de trabalho e, possivelmente, com um aumento de renda.

Acreditamos que qualquer projeto de treinamento deve passar pelo associativismo das pequenas e médias empresas, uma vez que tal prática já existe no município, conforme citado anteriormente, com projetos em andamento, sob a orientação do SEBRAE e com apoio da Prefeitura. Qualquer projeto, que vise o crescimento e o desenvolvimento local e/ou regional terá o apoio de todas as instituições envolvidas, pois vai gerar um efeito multiplicador de treinamento para atender às demandas de todos os segmentos, seja industrial, comercial e/ou serviços, em atuação no município e na região.

O associativismo é importante porque ao envolver pequenas e médias empresas, estas sofrem com a burocracia e os programas oficiais, normalmente falham, porque as instituições de fomento não têm capacidade ou vontade de aproximação com estes clientes potenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Kleyferson Porto. Art.: O Banco Mundial e o IBAM no Desenvolvimento Econômico Local: Proposta, Divergências e Limites.

CASSAROTO FILHO, N.; PIRES, L.H. Redes de Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência Italiana. São Paulo: Atlas, 1988.

COSTA, M.T. As Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas 2001.

DOWBOR, Ladislau. Art.: Desenvolvimento e ações do Governo Local. Publicado originalmente como Dicas nº 54 em 1996.

DRUCKER, P.F. Sociedade pós-capitalista. Tradução de Nivaldo Montigelli Jr. São Paulo, Pioneira, 1999.

FERREIRA, M.S.; BETTONI, C. Como Constituir Alianças Estratégicas e Associativismo econômico. 2ª Ed. Curitiba: SEBRAE/FAE/CDE, 2000.

GIOSA, Lívio, A. Terceirização: uma abordagem estratégica. São Paulo: Pioneira, 1995.

RATTNER, Henrique . Art.: Política Industrial e Tecnológica.

ROBBINS, Stephen P. Administração: Mudanças e Perspectivas. São Paulo. Saraiva, 2002.

RODRIGUES, S.B. Alianças Estratégicas e Gerência Internacional. São Paulo. Atlas, 1999.

SANTOS, B.S. Produzir para Viver: os Caminhos da produção não Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIEIRA, Daniella de Deus. Art. Desenvolvimento Local e a Agricultura. Instituto de Geociências, UFMG.

Sites pesquisados:

www.cide.rj.gov.br

www.pmbm.com.br

www.sebrae.com.br

